



RELATÓRIO CONTÁBIL 2020

Fundação Agência das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiaí

**DECLARAÇÕES
CORPORATIVAS DA
FUNDAÇÃO
AGÊNCIA DAS
BACIAS PCJ**

NOSSA MISSÃO

Executar ações para a implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

NOSSA VISÃO DE FUTURO – HORIZONTE ATÉ 2035

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida. A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

Conquistar o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.

Consolidar-se como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.

Facilitar a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês das Bacias PCJ.

Tornar-se uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.

Alcançar alto grau de excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos.

NOSSOS VALORES

Sustentam as Premissas Norteadoras das Nossas Atitudes, Orientam a Nossa Postura e Guiam Todas as Tomadas de Decisão:

Transparência e Integridade: Agimos em todas as circunstâncias orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.

Integração e Cooperação: Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntos, são capazes de gerar resultados duradouros.

Comprometimento: Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

Empreendedorismo: Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

Excelência em Gestão: Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.

APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL 2020 AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

O Relatório Contábil é uma ferramenta gerencial que apresenta de maneira detalhada e organizada os dados econômico-financeiros durante um determinado período. Tal documento visa apoiar o acompanhamento de indicadores financeiros e de desempenho.

Neste sentido, o Relatório Contábil é uma importante ferramenta de análise da situação financeira e auxílio na gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ.

O presente documento está estruturado da seguinte forma: na primeira parte é apresentada a Execução Orçamentária dos últimos 5 anos. Em seguida, são apresentadas as receitas e despesas detalhadas da Agência das Bacias PCJ de 2020. Por fim são apresentadas as Demonstrações Contábeis de 2020.

REALIZAÇÃO

Ivens de Oliveira

Sergio Razera

Patrícia Gobet de Aguiar
Barufaldi

APOIO

M^a Carolina Moraes
Coelho Moura

SUMÁRIO

1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
2.	RECEITAS.....	8
2.1	RECEITA FEDERAL.....	8
2.1.1	COBRANÇA FEDERAL.....	8
2.1.2	PROJETO ED DIGITAL.....	12
2.2	RECEITA ESTADUAL.....	13
2.2.1	COBRANÇA ESTADUAL PAULISTA.....	13
2.2.2	ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA.....	18
3.	DESPESAS.....	19
3.1	DESPESAS COM CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	20
3.2	REPASSES PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS.....	20
3.3	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL.....	22
3.4	PROJETO PAPEL ZERO.....	25
3.5	ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA.....	25
4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	26
4.1	BALANÇO PATRIMONIAL.....	26
4.2	DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO.....	27
4.3	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	27
4.4	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	28
4.5	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	28
4.6	NOTAS EXPLICATIVAS.....	28
5	ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	28
5.1	LIQUIDEZ CORRENTE.....	29
5.2	LIQUIDEZ IMEDIATA.....	29
5.3	LIQUIDEZ GERAL.....	30
5.4	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	30
5.5	IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	31
5.6	MARGEM LÍQUIDA.....	31
	ANEXOS.....	32

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária consiste em uma importante ferramenta de gestão que permite avaliar e mensurar as ações quanto à origem e aplicação de recursos.

A Execução Orçamentária da Agência das Bacias PCJ, conforme Tabela 1 a seguir, demonstra as receitas e despesas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando os valores realizados dos últimos 5 anos.

Tabela 1 – Execução Orçamentária de 2016 a 2020 em R\$

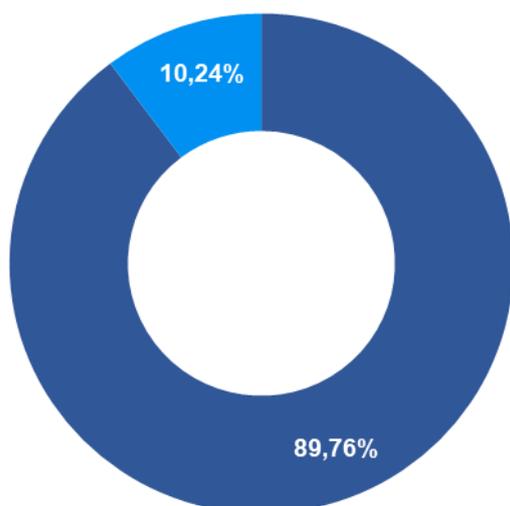
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	Receita Realizada 2016	Receita Realizada 2017	Receita Realizada 2018	Receita Realizada 2019	Receita Realizada 2020
1. Receita Federal	23.268.999,77	26.107.636,84	33.017.178,72	33.160.822,73	20.259.802,76
1.1 Receita Transferência Federal (Repasses)	11.265.865,55	12.710.495,89	19.979.764,58	13.637.232,70	3.720.363,93
1.2 Receita Transferência Federal (Custeio Federal)	1.366.708,54	1.282.904,60	1.256.138,62	1.280.601,22	1.054.520,71
1.3 Receita Transferência Federal (Ações de Apoio)	1.108.143,82	1.004.709,18	6.087,88	-	-
1.4 Receita Transferência Federal (PAP)	9.528.281,86	11.109.527,17	11.509.471,80	18.146.281,29	15.437.473,69
1.4.01 Receita Transf. Federal (PAP 2013-2016)	9.528.281,86	6.171.279,11	1.404.133,94	1.521.876,43	323.821,49
1.4.02 Receita Transf. Federal (PAP 2017-2020)	-	4.938.248,06	10.105.337,86	16.624.404,86	15.113.652,20
1.5 Receita Projeto ED Digital	-	-	265.715,84	96.707,52	47.444,43
2. Receita Estadual	2.040.147,47	2.508.772,35	2.670.675,44	2.868.172,76	2.312.413,01
2.1 Receita Transf. Estadual (Custeio Estadual)	1.570.654,18	1.972.206,71	2.231.269,06	2.237.137,71	1.944.492,89
2.2 Rendimento Aplic. Financeira (Custeio Estadual)	432.602,92	335.856,63	244.913,25	258.631,22	105.956,56
2.3 Receita Transf. Estadual (Secretaria Executiva)	36.890,37	200.709,01	194.493,13	372.403,83	261.963,56
3. Receita Projeto Ecocuencas	309.033,27	227.260,54	-	-	-
3.1 Receita Projeto Ecocuencas	309.033,27	227.260,54	-	-	-
4. Receita Fórum Mundial da Água	-	51.000,00	902.988,39	-	-
4.1 Receita Fórum Mundial das Águas	-	51.000,00	902.988,39	-	-
Total de Receitas	25.618.180,51	28.894.669,73	36.590.842,55	36.028.995,49	22.572.215,77
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	Despesa Realizada 2016	Despesa Realizada 2017	Despesa Realizada 2018	Despesa Realizada 2019	Despesa Realizada 2020
4. Despesa Federal	23.281.729,03	26.116.692,19	33.023.468,08	33.163.723,98	20.259.844,83
4.1 Despesas - Custeio Federal	1.379.437,80	1.291.959,95	1.262.427,98	1.283.502,47	1.054.562,78
4.1.01 Despesas com Pessoal (Custeio Federal)	848.405,52	908.514,66	851.250,78	823.785,04	820.224,29
4.1.02 Despesas Gerais (Custeio Federal)	531.006,08	383.429,83	411.120,20	445.392,03	222.237,53
4.1.03 Despesas Financeiras (Custeio Federal)	-	-	-	-	-
4.1.04 Despesas Tributárias (Custeio Federal)	26,20	15,46	57,00	14.325,40	12.100,96
4.2 Repasses Programas Recursos Hídricos (Federal)	11.265.865,55	12.710.495,89	19.979.764,58	13.637.232,70	3.720.363,93
4.3 Ações de Apoio a Gestão - (Federal)	1.108.143,82	1.004.709,18	6.087,88	-	-
4.4 Plano de Aplicação Plurianual (Federal)	9.528.281,86	11.109.527,17	11.509.471,80	18.146.281,29	15.437.473,69
4.4.01 - PAP 2013-2016	9.528.281,86	6.171.279,11	1.404.133,94	1.521.876,43	323.821,49
4.4.02 - PAP 2017-2020	-	4.938.248,06	10.105.337,86	16.624.404,86	15.113.652,20
4.5 Despesas - Projeto Papel Zero (ED Digital)	-	-	265.715,84	96.707,52	47.444,43
5. Despesa Estadual	1.652.628,92	1.963.653,36	2.112.163,22	2.252.230,86	2.108.150,85
5.1 Despesas - Custeio Estadual	1.615.738,55	1.762.944,35	1.917.670,09	1.879.827,03	1.846.187,29
5.1.01 Despesas com Pessoal (Custeio Estadual)	1.001.800,84	1.068.014,33	1.266.525,39	1.374.270,94	1.424.711,72
5.1.02 Despesas Gerais (Custeio Estadual)	442.227,44	553.503,87	532.062,84	396.347,34	361.168,43
5.1.03 Despesas Financeiras (Custeio Estadual)	89.789,62	70.407,79	62.483,30	62.960,92	38.548,25

5.1.04 Despesas Tributárias (Custeio Estadual)	81.920,65	71.018,36	56.598,56	46.247,83	21.758,89
5.2 Desp. Secretaria Executiva dos Comitês (Estadual)	36.890,37	200.709,01	194.493,13	372.403,83	261.963,56
5.2.01 Despesas Secretaria Executiva	21.209,88	187.203,26	186.909,36	365.173,74	258.548,81
5.2.02 IR + IOF s/ aplicação - Secretaria Executiva	15.680,49	13.441,58	7.493,33	6.440,50	1.068,64
5.2.03 Tarifa Bancária - Secretaria Executiva	-	64,17	90,44	789,59	2.346,11
6. Despesa Projeto Ecocuencas	309.033,27	227.260,54	-	-	-
6.1 Despesas Projeto Ecocuencas	309.033,27	227.260,54	-	-	-
7. Despesa Fórum Mundial da Água	-	51.000,00	902.988,39	-	-
7.1 Despesas Fórum Mundial da Água	-	51.000,00	902.988,39	-	-
Total de Despesas	25.243.391,22	28.358.606,09	36.038.619,69	35.415.954,84	22.367.995,68
RESULTADO DO EXERCÍCIO	374.789,29	536.063,64	552.222,86	613.040,65	204.220,09

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ.

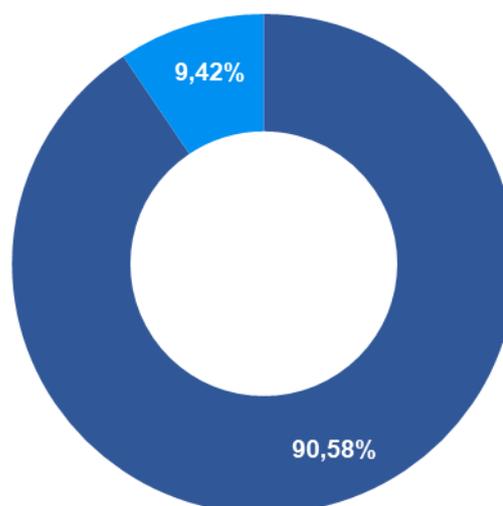
A Execução Orçamentária apresenta as receitas e despesas realizadas e são classificadas de acordo com a sua origem, ficando assim evidenciado para 2020:

Gráfico 1: Receitas Realizadas em 2020.



■ 1. Receita Federal ■ 2. Receita Estadual

Gráfico 2: Despesas Realizadas em 2020.



■ 4. Despesa Federal ■ 5. Despesa Estadual

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Do total total das receitas realizadas em 2020, 89,76% corresponde à Receita Federal e 10,24% é referente á Receita Estadual. Já nas despesas, 90,58% corresponde à Despesa Federal e 9,42% é referente à Despesa Estadual.

A seguir são detalhadas as receitas.

2. RECEITAS

Conforme apresentado na Execução Orçamentária, as Receitas de 2020 foram divididas em 2 grupos: Receita Federal e Receita Estadual, as quais serão detalhadas a seguir.

2.1 RECEITA FEDERAL

A origem da Receita Federal está vinculada ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e seus termos aditivos celebrados entre a Agência Nacional de Águas - ANA e Fundação Agência das Bacias PCJ com anuência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Comitês PCJ.

De acordo com o referido Contrato, cabe à Agência das Bacias PCJ gerenciar os recursos financeiros gerados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ. Para isso, a ANA transfere para a Agência das Bacias PCJ todas as receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio da União nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, conforme o art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 10.881, de 2004.

Além dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, podem ser destinados para o cumprimento do Contrato de Gestão recursos orçamentários provenientes do próprio orçamento da ANA.

2.1.1 COBRANÇA FEDERAL

Dos valores arrecadados com a cobrança, incluindo os rendimentos de aplicação financeira, deve ser respeitado o limite de 7,5% (sete e meio por cento) para as despesas de custeio administrativo, devendo o restante ser utilizado para investimento em obras, estudos, projetos ou serviços, ou seja, 92,5% (noventa e dois e meio por cento). Também é importante ressaltar que o saldo disponível para custeio administrativo de exercícios anteriores pode ser utilizado no ano corrente.

Em 2019, a Auditoria da ANA recomendou a realização de aplicação financeira em fundo de curto prazo. Assim, a partir de 01 de agosto de 2019, os valores a serem utilizados num prazo inferior a 30 dias devem ser aplicados especificamente em fundo de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é de 100% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias devem permanecer aplicados em caderneta de poupança. Os rendimentos de ambas aplicações serão, obrigatoriamente, utilizados para mesma finalidade, estando sujeitos as mesmas condições exigidas para os recursos transferidos.

O Relatório de Arrecadação Acumulada – Exercício 2020 apresenta mensalmente o valor da arrecadação, do rendimento de aplicação financeira, a divisão dos 7,5% disponíveis para custeio administrativo e 92,5% para investimento, os repasses efetuados pela ANA e o saldo acumulado a transferir, conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Relatório de Arrecadação Acumulada Federal 2020, em R\$.

Mês	Arrecadação	Rendimento de Aplicação Financeira	7,5% Custeio Administrativo	92,5% Investimento	Repasses efetuados	Saldo acumulado a transferir
Saldo Acumulado de 2019						1.398.810,42
Janeiro	200.721,18	161.356,87	27.155,85	334.922,20	1.359.640,25	239.891,35
Fevereiro	106.444,14	157.801,60	19.818,43	244.427,31	-	346.335,49
Março	85.223,82	50.185,77	17.655,72	217.753,87	-	431.559,31
Abril	85.468,00	139.703,12	16.887,83	208.283,29	-	517.027,31
Mai	85.787,37	134.795,99	16.543,75	204.039,61	-	602.814,68
Junho	76.493,19	125.520,83	15.151,05	186.862,97	-	679.307,87
Julho	92.405,28	117.186,66	15.719,40	193.872,54	-	771.713,15
Agosto	1.702.196,34	109.073,56	135.845,24	1.675.424,66	732.542,98	1.741.366,51
Setembro	1.722.504,60	105.777,79	137.121,18	1.691.161,21	1.772.968,65	1.690.902,46
Outubro	1.808.775,01	109.242,32	143.851,30	1.774.166,03	1.680.954,44	1.818.723,03
Novembro	1.753.342,38	109.124,73	139.685,03	1.722.782,08	1.827.733,64	1.744.331,77
Dezembro	1.694.319,20	111.223,11	135.415,67	1.670.126,64	1.754.440,50	1.684.210,47
TOTAL	9.413.680,51	1.530.992,35	820.850,46	10.123.822,40	9.128.280,46	1.684.210,47

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

É importante esclarecer que a arrecadação total de cada exercício inclui também a recuperação de débitos de usuários inadimplentes em anos anteriores.

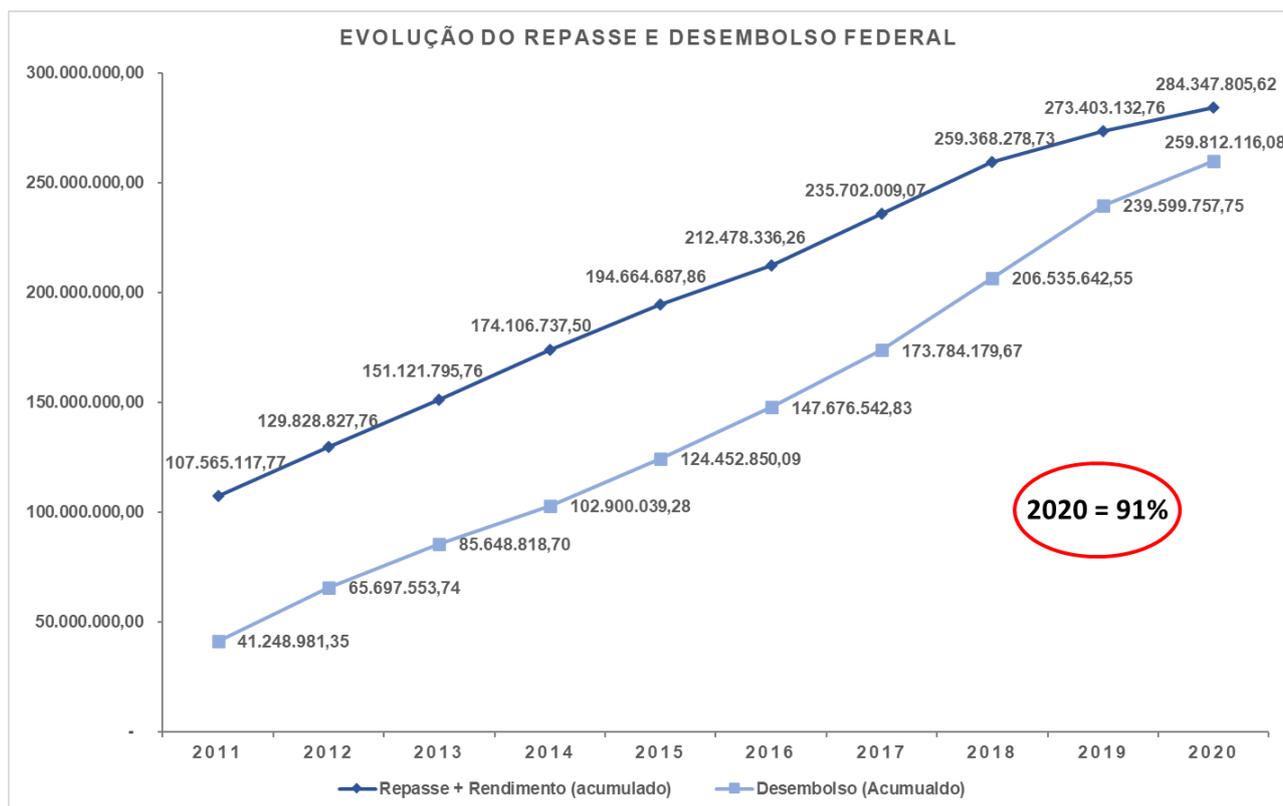
Para 2020, o valor previsto com a cobrança federal era de R\$23.259.207,04, sendo R\$25.603.234,86 o valor a ser boletado do exercício e R\$ 240.328,52 referente a pagamento de débitos de exercícios anteriores, considerando ainda uma estimativa de inadimplência de R\$2.584.356,34

Porém o valor arrecadado foi inferior ao previsto em virtude, principalmente, quanto ao pagamento em juízo da Sabesp de aproximadamente R\$12.000.000,00 referente à transposição do Sistema Cantareira, tendo em vista a discordância com a metodologia de cálculo adotada pela ANA. Também houve uma inadimplência acima do esperado em decorrência dos efeitos da COVID-19.

Ainda de acordo com o Contrato de Gestão, a Agência das Bacias PCJ deve apresentar anualmente o indicador 3B – Índice de Desembolso Acumulado. Esse indicador aponta a proporção (%) entre o valor desembolsado anual e o valor repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.

O Gráfico 3 a seguir apresenta os valores de repasse mais rendimentos de aplicação financeira, assim como o valor de desembolso, ambos acumulados, para o período de 2011 a 2020.

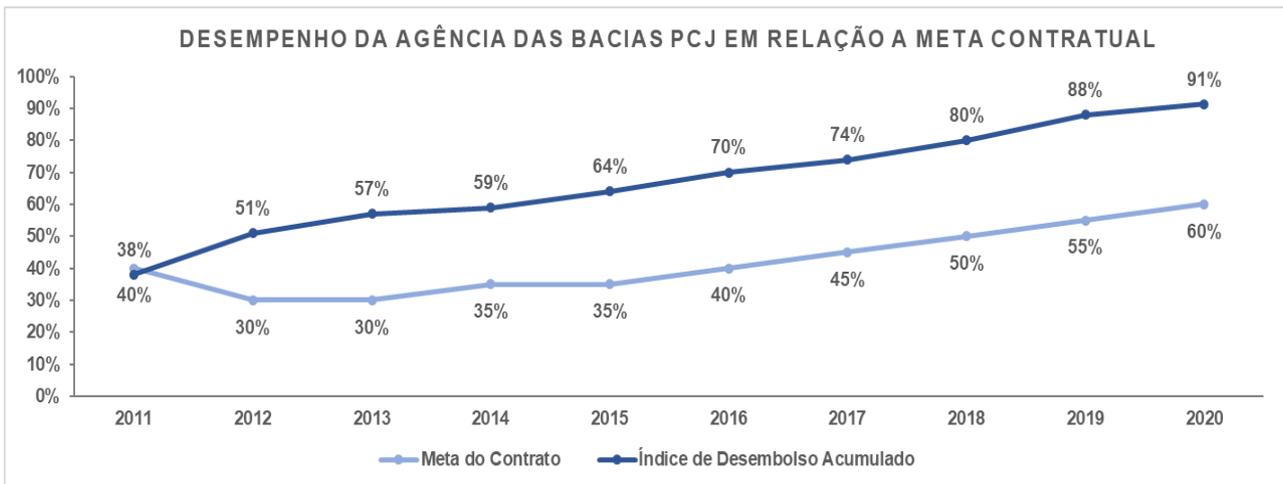
Gráfico 3: Valores federais repassados e desembolsados de 2011 a 2020, em R\$.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Por meio dos valores apresentados, é possível calcular o Índice de Desembolso Acumulado. Esse índice é apresentado no Gráfico 4 a seguir, o qual demonstra a meta do Contrato de Gestão. É possível observar que, em 2020, o Índice de Desembolso Acumulado foi de 91% em relação ao total repassado pela Agência Nacional de Águas, incluindo os rendimentos de aplicação financeira, ou seja, bem acima dos 60% estabelecidos como meta no Contrato de Gestão.

Gráfico 4: Desempenho da Agência das Bacias PCJ em relação a meta contratual.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ.

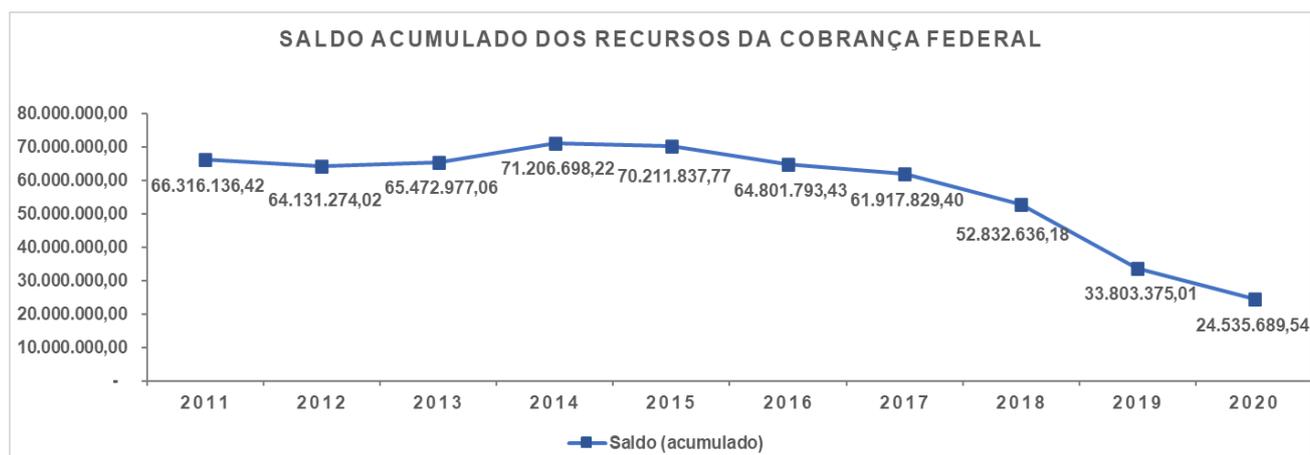
Os gráficos 5 e 6 abaixo demonstram a evolução dos valores contratados com recursos da cobrança federal no período de 2011 a 2020, bem como os respectivos saldos em conta de aplicação financeira no encerramento de cada exercício.

Gráfico 5: Evolução dos valores contratados com recursos da cobrança federal.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ.

Gráfico 6: Saldo acumulado dos recursos da cobrança federal.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ.

Observa-se a contínua queda do saldo a partir da evolução das contratações da Agência das Bacias PCJ nos últimos anos. É importante ressaltar que desde o início da Cobrança PCJ Federal, do total arrecadado incluindo rendimentos de aplicação financeira, 97,07% já foi efetivamente contratado.

2.1.2 PROJETO ED DIGITAL

Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da ANA, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamento de informática.

Para apoiar a implantação do Projeto ED Digital, a ANA repassou à Agência das Bacias PCJ, em 2018, o valor de R\$ 625.000,00. Enquanto não foram empregados na sua finalidade, os recursos foram aplicados em Caderneta de Poupança e renderam um valor de R\$17.747,99 em 2018, R\$7.433,73 em 2019 e R\$ 3.554,93 em 2020.

Em 2018, a Agência das Bacias PCJ assinou dois contratos para execução do Projeto ED Digital: contrato nº 013/2018 da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no valor de R\$ 300.000,00, referente à implantação da metodologia de gestão de documentos; e contrato nº 038/2018 da Athomoz Comercio de Produtos Eletrônicos Eireli, no valor de R\$ 198.000,00 referente aquisição de computadores tipo desktop com monitor duplo.

Em 2019 e 2020, não foram assinados novos contratos, restando, assim, um saldo na conta de Receita Diferida de R\$ 155.736,65 para ser utilizado nos próximos exercícios. É importante ressaltar que considera-se receita o valor gasto durante o ano, inclusive o valor de depreciação dos equipamentos de informática adquiridos.

2.2 RECEITA ESTADUAL

A Receita Estadual é proveniente da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo nas Bacias PCJ e recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidrelétrico.

2.2.1 COBRANÇA ESTADUAL PAULISTA

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo é um instrumento de gestão da Lei Estadual Paulista nº 7.663/1991, instituída pela Lei Estadual Paulista nº 12.183/2005 e regulamentada pelo Decreto Estadual Paulista nº 50.667/2006 cujo objetivo é indicar ao usuário o real valor da água, bem como incentivar o uso racional e obter recursos financeiros para a gestão das bacias hidrográficas do país. Os recursos arrecadados com a cobrança, segundo prevê a legislação, financiam programas contemplados nos planos de recursos hídricos que visam a melhoria da qualidade e quantidade da água.

Quanto aos recursos arrecadados, até 10% podem ser utilizados para despesas de custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ, conforme prevê o Decreto nº 50.667/2006, e no mínimo 90% destinam-se a financiamentos aos empreendimentos enquadrados no Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ. O programa de investimentos para as Bacias PCJ é parte do Plano de Bacias e foi elaborado de acordo com os Programas de Duração Continuada - PDCs do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

A tabela 3 apresenta o valor arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o valor referente aos 10% repassados para utilização em custeio administrativo e o valor correspondente aos 90% para investimento.

Tabela 3: Relatório de Arrecadação Acumulada Estadual 2020, em R\$.

Mês	Valor arrecadado	10% Custeio Administrativo	90% Investimento
Janeiro	254.781,23	25.478,12	229.303,11
Fevereiro	1.737.042,51	173.704,25	1.563.338,26
Março	1.654.375,55	165.437,56	1.488.938,00
Abril	1.451.327,01	145.132,70	1.306.194,31
Mai	785.174,88	78.517,49	706.657,39
Junho	828.376,43	82.837,64	745.538,79
Julho	455.555,25	45.555,53	409.999,73
Agosto	2.193.325,62	219.332,57	1.973.993,06
Setembro	1.995.392,01	199.539,21	1.795.852,81
Outubro	2.205.921,12	220.592,12	1.985.329,01
Novembro	1.771.339,51	177.133,96	1.594.205,56
Dezembro	4.112.317,20	411.231,72	3.701.085,48
TOTAL 2020	19.444.928,32	1.944.492,87	17.500.435,49

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A inadimplência pela cobrança compromete o planejamento da destinação dos recursos financeiros para investimentos previstos no Plano de Bacias. A fim de minimizar o impacto causado pela inadimplência, a Agência das Bacias PCJ realizou intervenções para negociação de débitos e utilizou o CADIN Estadual e a Dívida Ativa do Estado para inscrição de usuários inadimplentes.

No CADIN Estadual são incluídas as pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, e impede que os inscritos realizem atos junto aos órgãos e entidades da Administração Estadual, tais como celebração de convênios, acordos ou contratos que envolvam o desembolso de recursos financeiros e concessão de incentivos fiscais.

Já a Dívida Ativa é composta por todos os créditos a favor do Estado, sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos pela Procuradoria Geral do Estado, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão proferida em processo regular.

Além dessas ferramentas, em 2019, entrou em vigor a última sanção aplicável a usuários inadimplentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. A medida, prevista na Lei nº 12.183/05, foi regulamentada com a publicação da Portaria DAEE nº 4.906/19 em 9 de setembro de 2019, e prevê que usuários inadimplentes e que tenham seus débitos inseridos no Cadin Estadual e na Dívida Ativa estarão sujeitos à suspensão e à revogação, respectivamente, de suas outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

O Gráfico 7, a seguir, apresenta uma comparação anual do valor total cobrado em cada ano e o valor arrecadado.

Gráfico 7: Comparação do valor total cobrado e arrecadado entre 2016 e 2020, em R\$ e %.

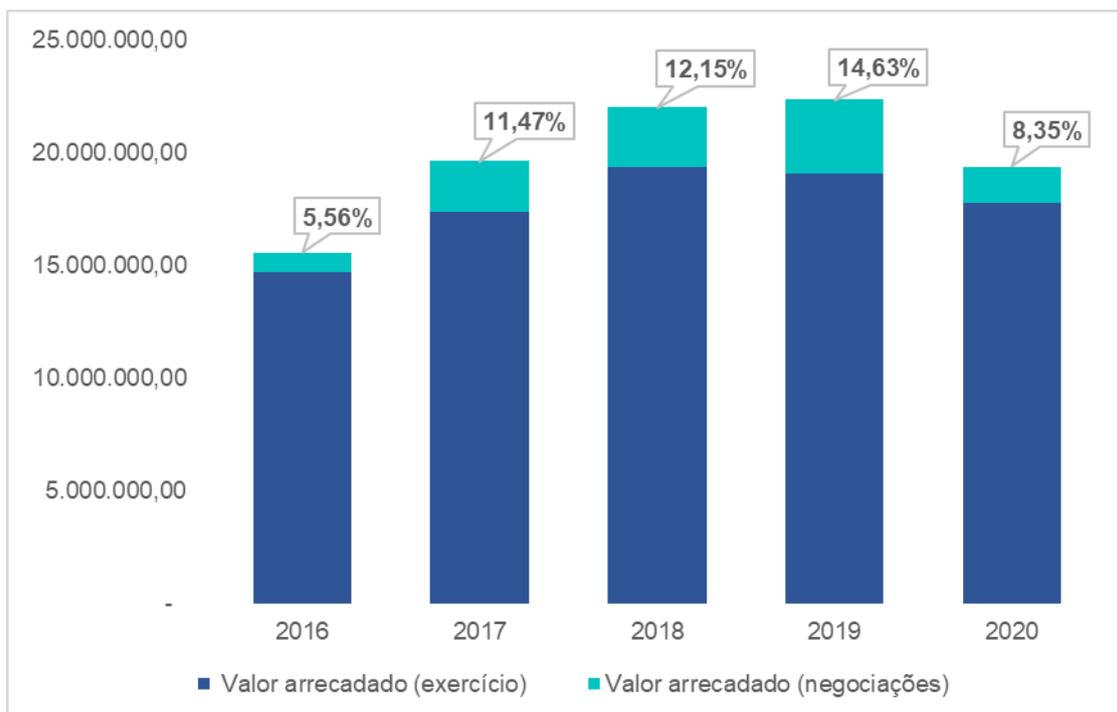


Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Nota-se que, em razão da inadimplência, os valores arrecadados estão abaixo dos cobrados, novamente com destaque para o ano de 2016, que apresentou a maior inadimplência, cerca de 29%, influenciada principalmente pelo não pagamento de alguns usuários representativos dos setores industrial e de saneamento, explicado pela crise hídrica e recessão econômica enfrentada no país no período. No entanto, pode-se observar expressivos resultados no que se refere à redução da inadimplência a partir do exercício de 2017, alcançando em 2019 o menor índice dos últimos 05 anos e de todo o histórico da cobrança estadual paulista nas Bacias PCJ. Em 2020, houve um aumento da inadimplência ocasionado, sobretudo, pelos impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19.

O Gráfico 8, abaixo, apresenta o valor total arrecadado composto por valores boletados referentes ao exercício corrente, e por negociação de débitos vencidos e de exercícios anteriores com a cobrança, no período compreendido entre 2016 e 2020.

Gráfico 8: Composição da arrecadação da cobrança entre 2016 e 2020, em R\$ e %.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Em 2019, o valor arrecadado com negociação de débitos representou 14,63% da receita total. Já em 2020, o valor de negociação representou 8,35% do total arrecadado.

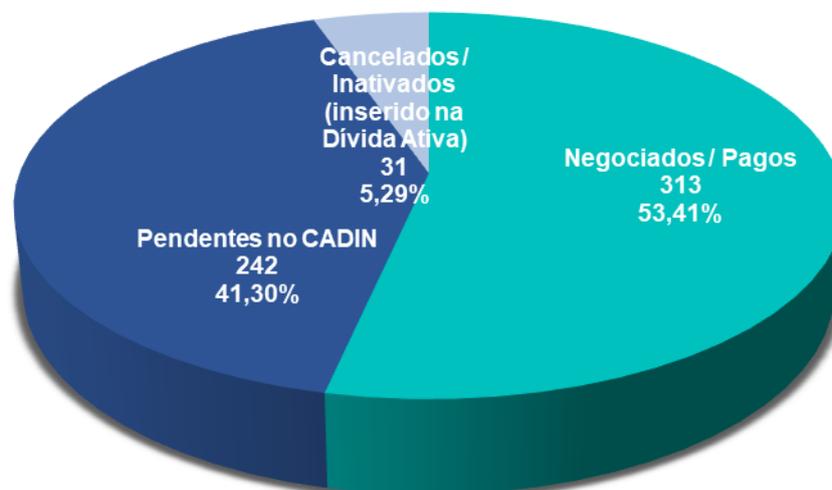
Em 31 de agosto de 2016, a Agência PCJ foi autorizada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a realizar a inclusão dos usuários inadimplentes pelo uso dos recursos hídricos no CADIN. Por esse motivo, a Portaria da Agência das Bacias PCJ nº 01/2013, de 10/04/2013, a qual já havia sido alterada pela Portaria nº 07/2017, de 16/02/2017, foi atualizada pela Portaria nº

07/2018, de 20/03/2018, que disciplina o processo de regularização de débitos referentes à cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, antes de sua inscrição no CADIN Estadual.

Na Portaria 07/2018 foi estabelecida a sistemática para inclusão de usuários no CADIN. Inicialmente há tentativas de negociação de débitos entrando em contato com os usuários inadimplentes através de telefone ou e-mail. Há ainda o envio de ofícios pela Agência das Bacias PCJ, com a notificação da existência de débitos e prazo de 30 dias para regularização, conforme é estabelecido pela Portaria 07/2018. Não havendo sucesso nessas tratativas, o usuário é incluído no sistema do CADIN Estadual, onde fica pendente de processamento por 45 dias, e posteriormente a Secretaria da Fazenda emite um comunicado sobre a inclusão, possibilitando que o usuário pague seus débitos em até 90 dias.

Esta pode ser considerada uma ferramenta fundamental para gerenciar os pagamentos e os índices de inadimplência. O Gráfico 9, a seguir, apresenta a situação dos usuários inadimplentes quanto ao CADIN.

Gráfico 9: Situação dos usuários inadimplentes inseridos no CADIN até 31/12/2020.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

De 2017 a 2020, foram inseridos no CADIN 586 usuários, sendo que 313 usuários negociaram e/ou pagaram seus débitos, ou seja, 53,41%. Ressalta-se que muitos débitos foram parcelados, garantindo arrecadação futura.

Desde abril de 2018, a Agência das Bacias PCJ foi autorizada a incluir os usuários inadimplentes no Sistema da Dívida Ativa do Estado da Procuradoria Geral do Estado - PGE. Dessa forma, foi elaborada a Portaria nº 08/2018, de 05/04/2018, a qual disciplina o processo de inclusão

de débitos referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, na Dívida Ativa do Estado, além dos trâmites para que a Agência das Bacias PCJ pudesse ter acesso à Intragov do Governo do Estado de São Paulo a partir do Termo de Cooperação celebrado com a Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Na Portaria nº 08/2018 ficou estabelecida a sistemática para inclusão de usuários no SDA. Após a inclusão no CADIN e a não manifestação para regularização dos débitos, é instaurado processo administrativo o qual é munido com documentações que comprovem os débitos e as tentativas de negociação com o usuário. Haverá a publicação no Diário Oficial da abertura do processo administrativo, bem como envio de ofício e boleto de negociação comunicando o usuário sobre a inserção na Dívida Ativa em caso de não pagamento. Caso o usuário se manifeste no período estipulado, poderá haver negociação e/ou tratativas acerca do débito. Em caso de não se chegar a um acordo sobre os débitos e/ou caso o usuário não realize o pagamento ou negociação, os débitos serão inscritos no SDA.

O gráfico 10, a seguir, apresenta a situação dos usuários com processos administrativos iniciados para inclusão no SDA.

Gráfico 10: Situação dos usuários com Processos Administrativos iniciados para inclusão em 31/12/2020.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Em 2020, foram instaurados 25 processos administrativos. Desses processos, nenhum está em aberto, 16 foram encerrados com a inclusão na Dívida Ativa, 6 foram encerrados por quitação do débito, 2 estão suspensos aguardando complementação de informações junto ao DAEE e 1 está suspenso por negociação do débito.

A tabela 4, a seguir, apresenta a composição dos valores ainda a serem arrecadados, a partir da recuperação de débitos, nos próximos anos.

Tabela 4: Valores a serem arrecadados com recuperação de débitos, em R\$.

Ano	Negociações
2021	1.984.062,01
2022	2.647.591,80
2023	2.645.006,80
Total	7.276.660,61

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Como pode ser observado, os valores recuperados (apresentados no gráfico 10) e a recuperar (tabela 4) através de negociação de débitos são bastante significativos na composição da arrecadação.

Pode-se destacar o resultado positivo alavancado pelas ferramentas CADIN e Dívida Ativa na recuperação de débitos a partir de 2017. Cabe ressaltar ainda que a implementação dessas ferramentas auxilia no processo de negociação e pagamento dos débitos antes mesmo que tais valores devidos sejam incluídos nos respectivos sistemas. Isso porque, a equipe da cobrança realiza ações de sensibilização com o usuário pré-CADIN ou pré-Dívida Ativa, a fim de regularização dos débitos antes da inclusão nos sistemas. Essas ações têm gerados frutos positivos, aumentando a arrecadação e otimização dos processos administrativos.

2.2.2 ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO, Compensação Financeira/Royalties do setor hidrelétrico, que tem a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Em 2020, de acordo com a Deliberação COFEHIDRO nº 217, de 31 de janeiro de 2020, houve a transferência de R\$ 84.703,79 para Investimento (valor que estava disponível para Custeio).

Porém, foi repassado para a subconta Fehidro o valor de R\$ 9.492,46, referente 2019. Foram auferidos ainda rendimentos financeiros no valor de R\$ 7.788,91. Além desses recursos, em 2020, estava disponível para utilização um saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 567.199,64.

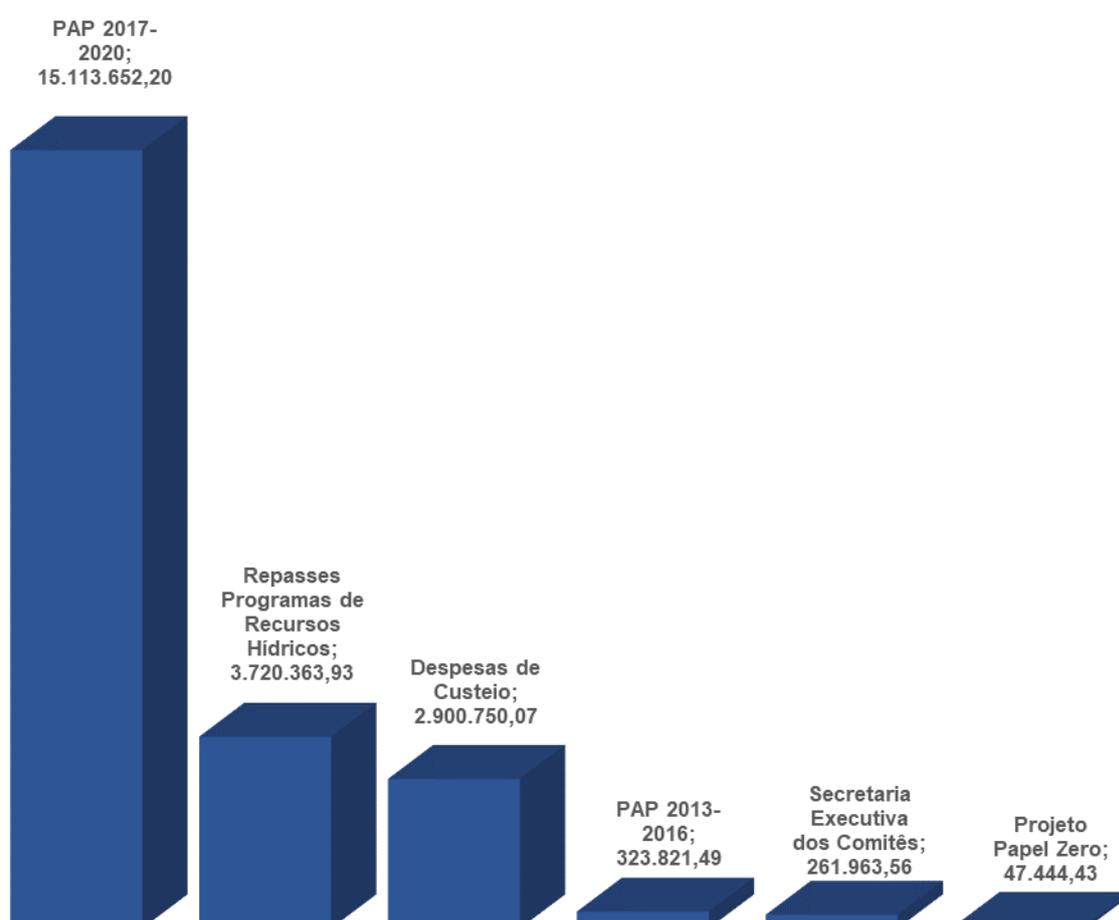
É considerado como receita contábil de Royalties / Compensação Financeira o valor efetivamente gasto no ano. Em 2020, foi apurada uma receita de R\$ 261.963,56.

3. DESPESAS

A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

As despesas de 2020 da Agência das Bacias PCJ foram divididas em 5 grupos: Despesas de Custeio, Repasses Programas de Recursos Hídricos, Plano de Aplicação Plurianual, Projeto Papel Zero e Secretaria Executiva dos Comitês. O gráfico 11, a seguir, apresenta os valores de 2020.

Gráfico 11: Despesas por categoria da Agência das Bacias PCJ de 2020, em R\$.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

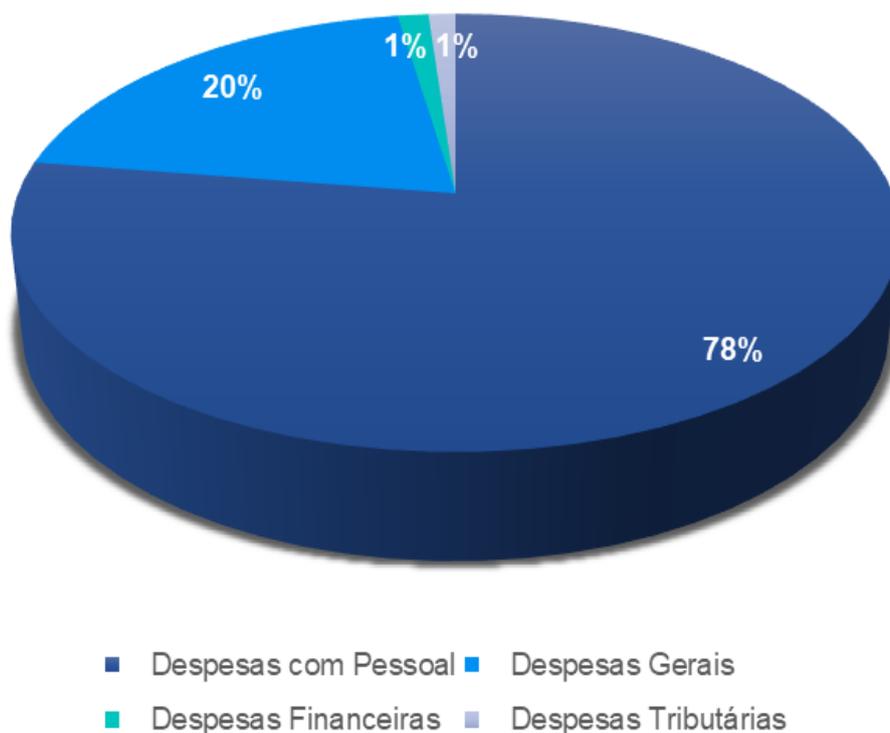
É possível observar que mais de 85% das despesas da Agência das Bacias PCJ em 2020 foram representadas com recursos para investimentos nas Bacias PCJ (soma de Repasses Programas de Recursos Hídricos e Plano de Aplicação Plurianual). Já o custeio administrativo para manutenção da Agência representa apenas 12,97% do total de despesas do período.

3.1 DESPESAS COM CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As Despesas de Custeio Administrativo foram divididas em 4 subgrupos principais em 2020: Despesas com Pessoal, Despesas Gerais, Despesas Financeiras e Despesas Tributárias.

O gráfico 12, a seguir, apresenta o quanto cada subgrupo representa no grupo de custeio.

Gráfico 12: Detalhamento das Despesas de Custeio de 2020.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Os 78% que representam as despesas com pessoal estão relacionadas a gastos com salários, encargos sociais e trabalhistas, provisão de rescisão, entre outros. Já os 20% referente despesas gerais, incluem os gastos necessários para a manutenção do funcionamento da Agência das Bacias PCJ, tais como locação de imóvel, serviços jurídicos, contábeis, dentre outros.

3.2 REPASSES PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS

As ações do PAP-PCJ previstas no Grupo V - Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água, Item 7 – Ações a serem financiadas como demanda espontânea e no Grupo VI – Programa de Uso Racional de Água, item 1 – Ações a serem financiadas como demanda espontânea, foram indicadas, conforme critérios estabelecidos nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 257/2016 e Deliberação Comitês PCJ nº 278/2017.

O quadro 1, a seguir, apresenta informações sobre os repasses realizados em 2020 para os empreendimentos acima citados.

Quadro 1: Desembolsos realizados em 2020 para empreendimentos PAP PCJ 2017-2020, em R\$.

EMPREENDIMENTOS	GRUPO	AÇÃO	DESEMBOLSO
0482.602-67/2017	VI	1	168.652,32
0482.612-82/2017	VI	1	1.084.886,26
0498.518-79/2017	V	7	179.597,60
0498.485-89/2017	VI	1	-
0499.138-97/2017	V	7	935.578,00
0499.148-11/2017	V	7	-
0522.522-65/2018	V	7	294.949,44
0522.523-79/2018	V	7	113.751,42
0532.960.89/2019	V	7	48.736,94
0532.953.96/2019	V	7	836.355,52
0541.024-34/2020	VI	1	57.856,43
0539.120-61/2020	IV	2	-
0540.724-89/2020	IV	2	-
0540.726-07/2020	IV	2	-
0539.134-21/2020	IV	2	-
0540.775-00/2020	IV	2	-
TOTAL	-	-	3.720.363,93

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Os empreendimentos contratados, reconhecidos no passivo circulante, terão seu desembolso durante o ano de 2021, de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro dos contratos celebrados entre o tomador do recurso e a Caixa Econômica Federal. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

Quadro 2: Valores a serem desembolsados com empreendimentos, em R\$

EMPREENDIMENTOS	SALDO ATUAL	2021	2022
0292.639-65/2009	165.779,04	165.779,04	-
0482.612-82/2017	307.194,81	307.194,81	-
0498.518-79/2017	32.256,83	32.256,83	-
0498.485-89/2017	296.755,61	296.755,61	-
0499.138-97/2017	2.050.513,85	1.036.025,83	1.014.488,02
0499.148-11/2017	2.137.069,09	666.764,52	1.470.304,57
0522.523-79/2018	17.883,18	17.883,18	-
0532.953.96/2019	517.287,82	517.287,82	-
0532.960.89/2019	120.104,81	120.104,81	-
0541.024-34/2020	341.592,23	341.592,23	-
0539.120-61/2020	636.531,74	636.531,74	-
0540.724-89/2020	74.571,06	74.571,06	-
0540.726-07/2020	183.926,32	183.926,32	-
0539.134-21/2020	44.933,75	44.933,75	-
0540.775-00/2020	144.250,00	144.250,00	-
TOTAL	7.070.650,14	4.585.857,55	2.484.792,59

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

3.3 PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/16, de 16/12/2016, aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020.

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ, para o período de 2017 a 2020.

De acordo com a deliberação, as ações constantes do PAP-PCJ 2017-2020 serão custeadas com recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança PCJ Federal), estimados para os próximos 4 anos (exercícios de 2017 a 2020).

Os quadros 3 e 4, a seguir, apresentam os valores já contratados e desembolsados para o PAP PCJ 2017-2020 de 2017 a 2019.

Quadro 3: Contratações do Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, em R\$.

PAP PCJ 2017-2020		CONTRATADO 2017	CONTRATADO 2018	CONTRATADO 2019	CONTRATADO 2020	CONTRATADO TOTAL
I	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES.	1.748.177,82	3.252.899,10	3.659.988,97	5.226.024,14	13.887.090,03
II	PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA.	-	-	-	-	-
III	PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	-	-	-	-	-
IV	POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS.	2.047.248,56	966.298,32	2.166.542,63	3.234.311,19	8.414.400,70
V	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA.	5.744.661,36	8.237.162,25	2.203.166,61	- 13.327,21	16.171.663,01
VI	PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA.	12.527.219,81	1.310.024,54	1.310.024,54	945.292,21	16.092.561,10
VII	CADASTROS E OUTORGAS.	1.955.910,70	2.905.642,70	1.955.910,70	716.971,70	7.534.435,80
VIII	MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO.	225.527,57	1.685.886,96	749.993,32	- 1.425,00	2.659.982,85
IX	PLANOS DIRETORES E ESTUDOS.	393.460,50	476.976,00	32.719,32	-	903.155,82
X	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	1.122.342,58	880.211,09	1.652.481,30	503.793,85	4.158.828,82
XI	SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ.	1.559.924,89	3.937.861,04	2.218.420,42	2.400.176,85	10.116.383,20
XII	APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ.	276.283,48	-	452.503,20	- 124.442,45	604.344,23
XIII	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS.	-	-	-	-	-
TOTAL PAP PCJ 2017-2020		27.600.757,27	23.652.962,00	16.401.751,01	12.887.375,28	80.542.845,56

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Quadro 4: Pagamentos do Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, em R\$

PAP PCJ 2017-2020		DESEMBOLSADO 2017	DESEMBOLSADO 2018	DESEMBOLSADO 2019	DESEMBOLSADO 2020	DESEMBOLSADO TOTAL
I	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES.	199.508,32	1.621.209,69	4.468.930,92	5.252.633,36	11.542.282,29
II	PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA.	-	-	-	-	-
III	PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	-	-	-	-	-
IV	POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS.	977.178,15	925.708,01	1.964.330,82	1.723.376,74	5.590.593,72
V	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA.	597.552,42	2.896.122,80	2.860.033,03	2.894.880,54	9.248.588,79
VI	PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA.	436.674,84	4.572.438,69	7.407.316,68	2.551.984,49	14.968.414,70
VII	CADASTROS E OUTORGAS.	651.970,22	2.282.618,51	2.421.944,19	1.868.807,53	7.225.340,45
VIII	MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO.	225.527,57	154.060,00	1.271.284,03	493.828,82	2.144.700,42
IX	PLANOS DIRETORES E ESTUDOS.	-	177.057,22	409.987,48	316.111,12	903.155,82
X	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	532.995,53	972.028,33	1.059.226,88	885.541,52	3.449.792,26
XI	SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ.	1.165.557,53	2.168.389,22	3.142.780,83	2.526.740,17	9.003.467,75
XII	APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ.	151.283,48	125.000,00	96.050,60	232.010,15	604.344,23
XIII	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS.	-	-	-	-	-
TOTAL PAP PCJ 2017-2020		4.938.248,06	15.894.632,47	25.101.885,46	18.745.914,44	64.680.680,43

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

3.4 PROJETO PAPEL ZERO

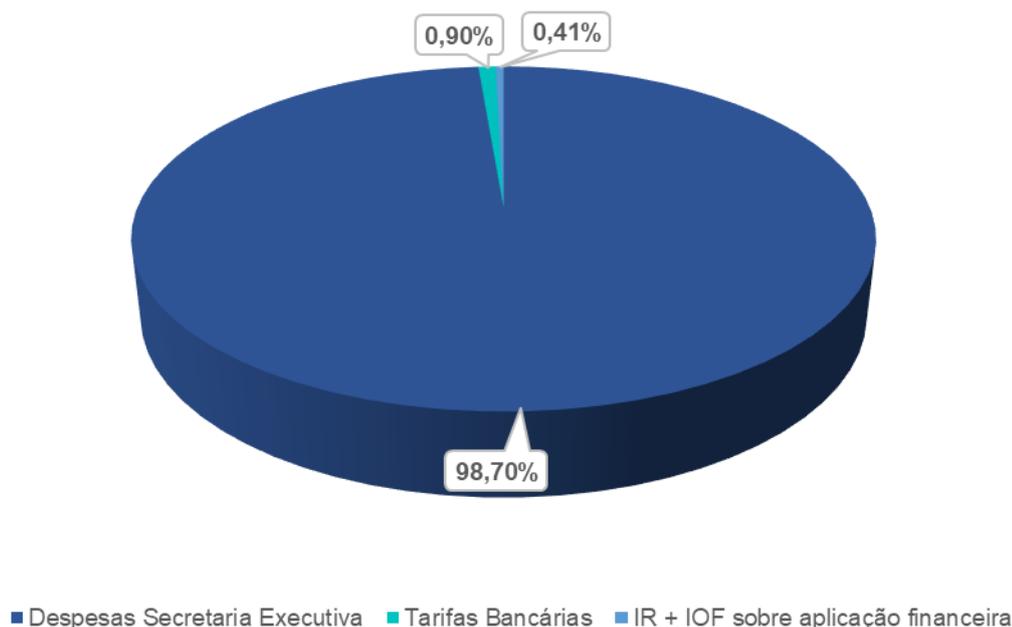
Em 2020, foram realizadas transferências de recurso Projeto Ed Digital no valor total de R\$ 12.000,00 referente ao contrato 013/2018, que tem como objeto a implantação da metodologia de gestão de documentos da Agência das Bacias PCJ, conforme citado anteriormente no item 2.1.2 deste relatório.

Além desse valor, foi registrado em 2020 uma depreciação de R\$ 35.444,43 sobre os equipamentos de informática, totalizando assim uma despesa de R\$ 47.444,43.

3.5 ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Em 2020, as despesas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ foram classificadas em 3 grupos principais: Despesas Secretaria Executiva, IR + IOF sobre aplicação financeira e tarifas bancárias. O gráfico 13, a seguir, apresenta o percentual aproximado dessas despesas.

Gráfico 13: Detalhamento das Despesas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ de 2020.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

O grupo de despesas com a secretaria executiva que representa 98,70% das despesas, está associado às publicações no Diário Oficial do Estado, serviços de degravação, bolsa estágio, organização de reuniões e eventos, materiais gráficos, materiais de escritório, materiais de informática, copa, cozinha, limpeza entre outros.

4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fazem parte das Demonstrações Contábeis da Agência das Bacias PCJ o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, as quais estão disponibilizadas em anexo.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta a posição contábil, financeira e econômica da entidade, bem como sua situação patrimonial em uma determinada data. Essa demonstração apresenta 3 grupos principais: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Já o Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo, representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens: representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ.

O Balanço Patrimonial da Agência das Bacias PCJ de 2020 estará disponível nos anexos.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício tem como finalidade apresentar as informações financeiras da Agência das Bacias PCJ que formaram o resultado líquido do exercício, ou seja, o superávit ou déficit.

A formação desse resultado se dá por meio da definição de todas as despesas e receitas.

O superávit do exercício de 2020, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$ 204.220,09 e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

a) Dedução de R\$ 42,07, referente à despesa de depreciação, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);

b) Superávit de R\$ 204.262,16, será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício 2020 da Agência das Bacias PCJ estará disponível nos anexos.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica as entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o período, e o resultado desse fluxo. Ela foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração de Fluxos de Caixa deve ser segmentado em três grandes áreas: Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.

As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado ou no Intangível.

As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto prazo.

A Demonstração de Fluxos de Caixa da Agência das Bacias PCJ de 2020 estará disponível nos anexos.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Social evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Social durante o exercício, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Social de 2020 estará disponível nos anexos.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia de forma sintética os valores correspondentes à formação da riqueza gerada em determinado período e sua respectiva distribuição.

A Demonstração do Valor Adicionada da Agência das Bacias PCJ de 2020 estará disponível nos anexos.

4.6 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas fornecem as informações necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

As Notas Explicativas da Agência das Bacias PCJ de 2020 estarão disponíveis nos anexos.

5 ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho são importantes ferramentas para avaliação de uma empresa. Para o cálculo dos índices, foram utilizados como referência os valores dos demonstrativos contábeis de 2019 e 2020 da Agência das Bacias PCJ. A tabela 5, a seguir, apresenta os índices calculados.

Tabela 5: Indicadores de desempenho 2019 e 2020

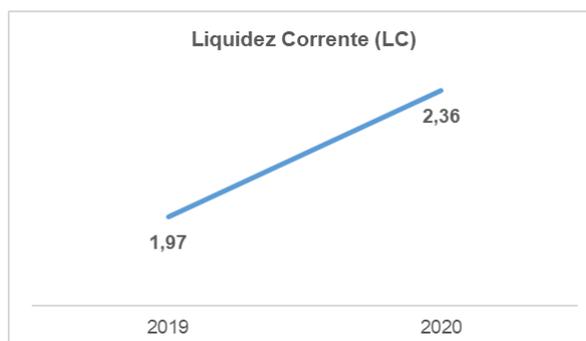
Índice	2019	2020
Liquidez Corrente (LC)	1,97	2,36
Liquidez Imediata (LI)	1,88	2,20
Liquidez Geral (LG)	1,14	1,19
Composição do Endividamento (CE)	57,83	50,49
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	5,25	4,93
Margem Líquida (ML)	1,71	0,91

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

5.1 LIQUIDEZ CORRENTE

Este índice mede a capacidade de pagamento no curto prazo. Ele indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1 de dívida a curto prazo. Se a Liquidez Corrente for superior a 1,00 denota um Capital Circulante Líquido Positivo, se a Liquidez Corrente for igual a 1,00 denota um Capital Circulante Líquido Nulo, e se Liquidez Corrente for menor do que 1,00, denota um Capital Circulante Líquido Negativo.

Gráfico 14: Liquidez Corrente



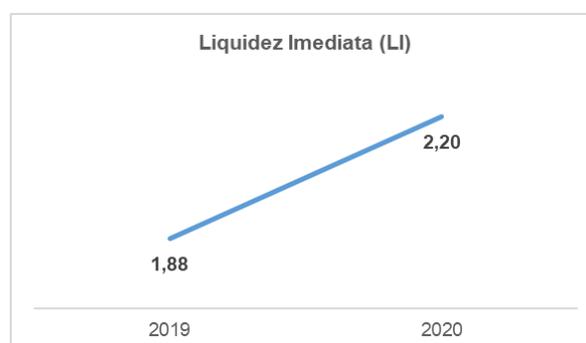
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou, no período analisado, índices superiores a 1,00 o que significa um capital circulante líquido positivo. O índice sofreu um avanço de 2019 para 2020 e chegou a 2,36 o que significa que para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo, a Agência das Bacias PCJ possuía R\$ 2,36 em seu Ativo Circulante.

5.2 LIQUIDEZ IMEDIATA

Este índice representa os recursos que estão imediatamente à disposição. Ele revela as dívidas de curto prazo que estão em condições de serem liquidadas imediatamente.

Gráfico 15: Liquidez Imediata



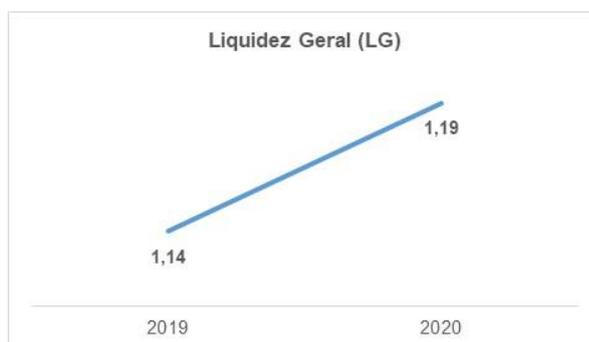
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou um aumento no período analisado, de 1,88 em 2019 para 2,20 em 2020 o que significa que para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo, possuía R\$ 2,20 para liquidar dívidas imediatamente.

5.3 LIQUIDEZ GERAL

Este índice revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada R\$ 1,00 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres.

Gráfico 16: Liquidez Geral



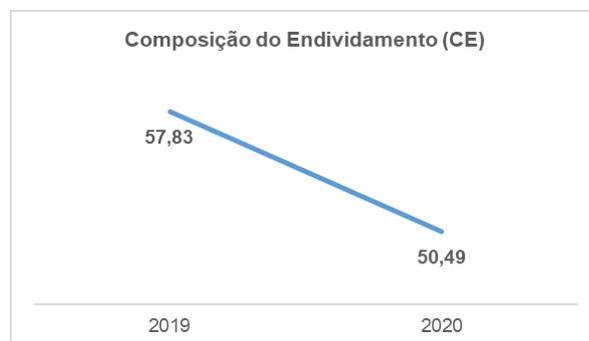
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado novamente um índice crescente de 1,14 em 2019 para 1,19 em 2020. Isso significa que, em 2020, possuía para cada R\$1,00 de dívida, R\$ 1,19 para liquidação da mesma, tanto no curto como no longo prazo.

5.4 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Este índice apresenta o percentual de obrigações a curto prazo, isto é, inferior a 12 meses, em relação às obrigações totais. Um índice do tipo quanto menor, melhor, pois quanto mais próximo de 100%, maior o uso de recursos de curto prazo.

Gráfico 17: Composição do Endividamento



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado uma queda no índice, de 57,83 em 2019 para 50,49 em 2020. Um excelente índice, pois significa que em 2020 apenas 50,49% de toda a dívida com terceiros era de curto prazo.

5.5 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Este índice indica quanto do Patrimônio Líquido da Agência das Bacias PCJ está aplicado em Ativo Imobilizado. A interpretação é no sentido de que, quanto menor, melhor.

Gráfico 18: Composição do Endividamento



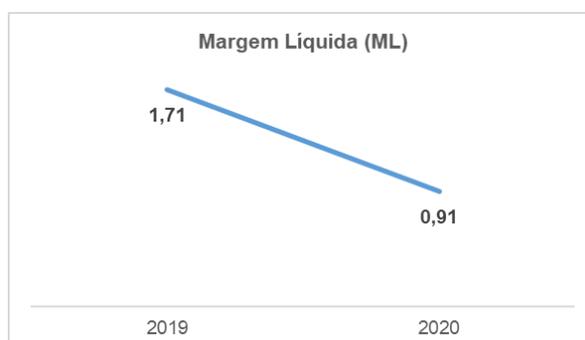
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado uma queda de 5,25 em 2019 para 4,93 em 2020, o que significa que para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido, aplicou R\$ 4,93 em Ativo Imobilizado.

5.6 MARGEM LÍQUIDA

Este índice mostra o percentual de lucratividade líquida após a dedução de todos os gastos. Permite entender se a entidade está tendo lucro e qual o percentual desse lucro.

Gráfico 19: Margem Líquida



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado uma queda no índice de 1,71 em 2019 para 0,91 em 2020. Ou seja, 0,91% de retorno para cada real de receitas operacionais.

ANEXOS

Empresa: **FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI** Folha: 0001
 C.N.P.J.: 11.513.961/0001-16
 Balanço encerrado em: 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020	2019
	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	32.838.771,56D	42.319.416,86D
ATIVO CIRCULANTE	32.371.537,14D	42.034.116,71D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	30.245.291,57D	40.155.377,19D
CAIXA - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	3.121,72D	4.000,53D
CAIXA (ESTADUAL)	3.121,72D	4.000,53D
CAIXA - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	916,31D	21,16D
CAIXA (FEDERAL)	916,31D	21,16D
BANCO CTA MOVIMENTO - RECURSOS COM RESTRIÇÃO (FI)	0,00	90.633,82D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	90.633,82D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO (I)	5.760.521,56D	5.475.425,67D
APLICACAO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL	4.170.046,25D	4.108.271,93D
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 3905-5)	1.586.629,25D	1.367.153,74D
APLICACAO BANCO DO BRASIL - 19836-6	3.846,06D	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO (I)	24.124.086,05D	33.995.636,43D
POUPANCA CAIXA ECONOMICA FEDERAL	23.925.358,56D	30.533.719,11D
POUPANCA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - EDDIGITAL	144.121,65D	164.164,22D
CAIXA FIC SIGMA REF DI LP (C/C 003.693-5 CEF)	54.605,84D	3.297.753,10D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO (I)	334.185,99D	567.199,64D
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 7142-0)	334.185,99D	567.199,64D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS C/ RESTRIÇÃO (O)	22.459,94D	22.459,94D
POUPANCA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL 2045-8	22.459,94D	22.459,94D
CREDITOS	2.095.442,19D	1.849.970,24D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	1.684.210,47D	1.398.810,42D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	1.684.210,47D	1.398.810,42D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	411.231,72D	318.346,89D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	411.231,72D	318.346,89D
RECURSOS ECOCUENCAS A RECEBER	0,00	132.812,93D
RECURSOS ECOCUENCAS A RECEBER	0,00	132.812,93D
ADIANTAMENTOS	12.213,98D	7.132,85D
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	12.213,98D	7.132,85D
ADIANTAMENTO DE FERIAS	12.213,98D	7.132,85D
DESPESAS ANTECIPADAS	456,35D	3.506,57D
DESPESAS ANTECIPADAS (FEDERAL)	0,00	3.050,66D
SEGURO APROPRIAR - BRADESCO AUTO RE - (FED)	0,00	1.570,72D
SEGURO APROPRIAR - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS - (FEI)	0,00	1.295,50D
ASSINATURA A APROPRIAR JORNAL CIDADE RIO CLARO	0,00	100,00D
SERVICO REF ASSINATURA - DISTRIBUIDORA JP E REVISTA (FI)	0,00	84,44D
DESPESAS ANTECIPADAS (ESTADUAL)	456,35D	455,91D
SEGURO APROPRIAR - PORTO SEGURO CIA SEGUROS - (EST)	239,15D	0,00
ASSINATURA APROPRIAR - GAZETA DE PIRACICABA	15,00D	33,25D
ASSINATURA A APROPRIAR JORNAL CORREIO POPULAR (EST)	153,30D	153,30D
SEGUROS A APROPRIAR - SOMPO SEGUROS (EST)	0,00	223,46D
ASSINATURA A APROPRIAR - EDITORA GLOBO S.A. RIO DE JAN	48,90D	45,90D
OUTROS CREDITOS	18.133,05D	18.129,86D
OUTROS CREDITOS	18.133,05D	18.129,86D
GARANTIAS DE ALUGUEL	18.100,00D	18.100,00D
TARIFAS BANCARIAS A COMPENSAR	33,05D	17,45D
JUROS E MULTAS A RESSARCIR (FEDERAL)	0,00	12,41D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	467.234,42D	285.300,15D
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	189.647,71D	0,00
RECURSOS ECOCUENCAS A RECEBER L.P.	189.647,71D	0,00
RECURSOS ECOCUENCAS A RECEBER L.P.	189.647,71D	0,00
ATIVO IMOBILIZADO	277.586,71D	285.300,15D
IMOBILIZADO DE USO - COM RESTRIÇÃO	862.844,59D	775.588,59D
VEICULOS	101.528,00D	101.528,00D
COMPUTADORES HARWARE	374.141,04D	314.141,04D
MOVEIS E UTENSILIOS	158.311,36D	145.367,36D

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020	2019
	31/12/2020	31/12/2019
INSTALAÇÕES	15.292,69D	12.560,69D
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	33.471,50D	33.471,50D
COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	180.100,00D	168.520,00D
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	585.257,88C	490.288,44C
(-) VEICULOS	101.528,00C	101.528,00C
(-) COMPUTADORES HARDWARE	270.583,97C	222.851,59C
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	112.584,24C	105.059,13C
(-) INSTALAÇÕES	7.898,14C	6.863,80C
(-) EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	12.275,74C	9.042,56C
(-) COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	80.387,79C	44.943,36C
PASSIVO	32.838.771,56C	42.319.416,86C
PASSIVO CIRCULANTE	13.736.927,46C	21.334.693,17C
FORNECEDORES	180.282,54C	442.911,90C
FORNECEDORES (FEDERAL)	173.375,48C	430.765,36C
THM - TRANSPORTES LTDA - (FED)	0,00	4.800,00C
TORREFAÇÕES NOIVACOLINENSES LTDA - (FED)	0,00	75,00C
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - (FED)	4.841,20C	0,00
TIM CELULAR S/A (FED)	1.024,53C	1.162,58C
NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA EPP (FED)	0,00	26.361,14C
ALGAR MULTIMÍDIA S/A (FED)	1.364,63C	1.384,78C
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SAO PAUL	0,00	98.666,67C
SHOUT AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP (FED)	60.805,36C	92.091,01C
BH PRESS COMUNICACAO - (FED)	10.875,00C	0,00
ZETA INFORMATICA PRODUTOS E SERVICOS - (FED)	0,00	15.504,18C
KNEWIN INTEL EM REC DE INFORMACAO LTDA - (FED)	0,00	1.400,00C
SERG PAULISTA CONSTRUÇOES E SERVICOS TÉCNICOS LTDA -	0,00	188.570,00C
VETTIMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA ME - (FEC	0,00	710,00C
NUCLEO DE INFORMACAO E COORDENACAO DO PONTO BR - N	0,00	40,00C
IKHON GESTAO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA - (FED)	2.674,27C	0,00
IMAGEM SISTEMAS DE INFORMACOES LTDA - (FED)	89.698,83C	0,00
MC PROJETOS DE COMUNICACAO - (FED)	2.091,66C	0,00
FORNECEDORES (ESTADUAL)	6.907,06C	12.146,54C
TELEFONICA BRASIL S/A - (EST)	1.070,27C	0,00
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - (EST)	506,79C	255,19C
MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS - (EST)	0,00	4.729,36C
QUANTA CONSULTORIA LTDA - (EST)	140,00C	0,00
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA - (EST)	4.000,00C	4.000,00C
FSPRJ LOCACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS - (EST)	0,00	3.112,00C
DITCOM INTERNET LTDA - (EST)	0,00	49,99C
JT PUBLICIDADE COMUNICACAO E ASSESSORIA EIRELI - (EST)	390,00C	0,00
BARRACAO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA - (EST)	800,00C	0,00
OBRIGAÇÕES A RECOLHER	420.073,63C	552.767,75C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	78.280,00C	69.733,00C
SALARIOS A PAGAR	75.313,00C	69.733,00C
ESTAGIOS A PAGAR	2.967,00C	0,00
ENCARGOS S/ FOLHA DE PGTO	47.072,28C	43.882,77C
INSS A RECOLHER	37.461,52C	34.856,09C
FGTS A RECOLHER	8.542,90C	8.023,72C
PIS S/ FOLHA A RECOLHER	1.067,86C	1.002,96C
FERIAS E 13º SALARIO A RECOLHER	221.418,35C	201.916,41C
FERIAS A PAGAR	163.142,27C	148.637,67C
ENCARGOS S/ FERIAS A PAGAR	58.276,08C	53.278,74C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	55.041,65C	220.968,14C
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	13,20C	27.574,41C
IRRF S/ RENDIMENTO A RECOLHER	28.217,02C	24.547,08C
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	6.335,33C	32.732,44C
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	6,00C	25.105,18C
PIS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	0,00	15.517,72C
COFINS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	0,00	71.618,51C
CSLL RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	0,00	23.872,80C
CONTRIBUICOES RETIDAS NA FONTE - CRF	20.470,10C	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES (FEDERAL)	0,00	4.460,68C
ALUGUEIS A PAGAR (FEDERAL)	0,00	2.400,00C

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2020	2019
	31/12/2020	31/12/2019
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - A REPASSAR C.P.	4.585.857,55C	7.030.991,69C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2009	165.779,04C	165.779,04C
0292.639-65/2009	165.779,04C	165.779,04C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2017	636.207,25C	2.067.972,26C
0482.602-67/2017	0,00	211.479,32C
0482.612-82/2017	307.194,81C	1.392.081,07C
0498.518-79/2017	32.256,83C	211.854,43C
0498.485-89/2017	296.755,61C	252.557,44C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2018	1.720.673,53C	3.357.708,75C
0499.138-97/2017	1.036.025,83C	1.971.603,83C
0499.148-11/2017	666.764,52C	945.227,98C
0522.522-65/2018	0,00	309.242,34C
0522.523-79/2018	17.883,18C	131.634,60C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2019	637.392,63C	1.439.531,64C
0532.960.89-2019	120.104,81C	65.667,70C
0532.953.96/2019	517.287,82C	1.373.863,94C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2020	1.425.805,10C	0,00
0541.024-34/2020	341.592,23C	0,00
0539.120-61/2020	636.531,74C	0,00
0540.724-89/2020	74.571,06C	0,00
0540.726-07/2020	183.926,32C	0,00
0539.134-21/2020	44.933,75C	0,00
0540.775-00/2020	144.250,00C	0,00
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	88.132,21C	135.576,64C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	88.132,21C	135.576,64C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	88.132,21C	135.576,64C
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	0,00	0,00
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	0,00	0,00
OBRIGACAO - ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	7.863,82C	0,00
CONTA CORRENTE BB COB EST PTA (9209-6)	7.863,82D	0,00
PROJETO ECOCUENCAS	0,00	155.272,87C
PROJETO ECOCUENCAS	0,00	155.272,87C
PROJETO ECOCUENCAS	0,00	285.282,17C
(-) VARIACAO PROJETO ECOCUENCAS A REALIZAR	0,00	130.009,30D
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	13.468.269,35C	15.555.369,03C
RECEITAS DIFERIDAS (FEDERAL)	8.339.523,70C	10.337.477,60C
RECEITAS DIFERIDAS - REPASSES A.N.A. (FEDERAL)	5.700.728,77C	770.458,70C
RECURSOS FEDERAIS (REPASSES A.N.A.)	5.700.728,77C	770.458,70C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEI	2.638.794,93C	9.567.018,90C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA (A	2.638.794,93C	9.567.018,90C
EMPREENDIMENTO CONTRATADOS - A REPASSAR L.P.	2.484.792,59C	3.040.175,84C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS 2017	0,00	44.198,17C
0498.485-89/2017	0,00	44.198,17C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS 2018	2.484.792,59C	2.206.329,13C
0499.138-97/2017	1.014.488,02C	1.014.488,02C
0499.148-11/2017	1.470.304,57C	1.191.841,11C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS 2019	0,00	789.648,54C
532.960-89/2019	0,00	272.886,82C
532.953-96/2019	0,00	516.761,72C
PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL (FEDERAL) 2017 - 2020	1.154.860,00C	945.000,00C
PAP - RECUPERACAO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'AGUA	945.000,00C	945.000,00C
PAP - RECUPERACAO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'AGUA - A	945.000,00C	945.000,00C
PAP - POLITICA RECUPER., CONSERV. E PROTECAO DE MAI	209.860,00C	0,00
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAI	209.860,00C	0,00
RECEITAS DIFERIDAS (ESTADUAL)	349.126,23C	575.671,07C
RECEITAS DIFERIDAS - SECRETARIA EXECUTIVA COMITES	0,00	198.391,76C

Empresa: FUNDACAO AG BACIAS HIDROGRAFICAS RIOS
 CNPJ: 11.513.961/0001-16
 End.: RUA ALFREDO GUEDES 1949-SALA 304-HIGIENÓPOLIS - CEP:13416-901
 Município: PIRACICABA
 Período: Janeiro a Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÃO DE DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020 (Valores em Reais)

	2020	2019
RECEITAS FEDERAIS - COM RESTRIÇÃO	20.259.802,76	33.160.822,73
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (REPASSES)	3.720.363,93	13.637.232,70
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (CUSTEIO FEDERAL)	1.054.520,71	1.280.601,22
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2013-2016)	323.821,49	1.521.876,43
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2017-2020)	15.113.652,20	16.624.404,86
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (EDDIGITAL)	47.444,43	96.707,52
RECEITAS ESTADUAIS - COM RESTRIÇÃO	261.963,56	372.403,83
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (SEC. EXEC. COMITE)	261.963,56	372.403,83
RECEITAS ESTADUAIS - SEM RESTRIÇÃO	1.944.492,89	2.237.137,71
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (CUSTEIO ESTADUAL)	1.944.492,89	2.237.137,71
SUPERAVIT BRUTO	22.466.259,21	35.770.364,27
DESPESAS FEDERAIS	(20.247.743,87)	(33.149.398,58)
CUSTEIO FEDERAL	(1.042.461,82)	(1.269.177,07)
REPASSES P/ PROGRAMAS DE RECURSOS HIDRICOS	(3.720.363,93)	(13.637.232,70)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2013-2016	(323.821,49)	(1.521.876,43)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2017-2020	(15.113.652,20)	(16.624.404,86)
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	(47.444,43)	(96.707,52)
DESPESAS ESTADUAIS	(2.044.428,96)	(2.135.792,02)
CUSTEIO ESTADUAL	(1.785.880,15)	(1.770.618,28)
DESPESA SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	(258.548,81)	(365.173,74)
DESPESAS PROJETO ECOCUENCAS	0,00	0,00
DESPESAS PROJETO ECOCUENCAS	0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	66.339,67	194.880,71
DESPESAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	(38.548,25)	(62.960,92)
DESPESAS FINANCEIRAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(1.068,64)	(789,59)
DESPESAS FINANCEIRAS (FEDERAL)	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS (PROJETO ECOCUENCAS)	0,00	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	105.956,56	258.631,22
DESPESAS TRIBUTARIAS	(36.205,96)	(67.013,73)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS FEDERAIS)	(12.100,96)	(14.325,40)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS ESTADUAIS)	(21.758,89)	(46.247,83)
DESPESAS TRIBUTARIAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(2.346,11)	(6.440,50)
SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	204.220,09	613.040,65

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício

PIRACICABA - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2020

 LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
 Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP14643905
 CPF: 030.948.608-42

 SERGIO RAZERA
 DIRETOR-PRESIDENTE
 CPF: 015.929.298-00

FUNDAÇÃO AGÊNCIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAI
CNPJ: 11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (METODO DIRETO)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
	2020	2020
Recursos Recebidos		
Federais	9.128.280,46	11.243.619,75
Estaduais	1.851.608,06	2.270.023,65
Estaduais (Comite)	10.561,10	39.548,55
Outros Recursos	0,00	0,00
Ecocuencas	0,00	0,00
Entidade Delegatária Digital	0,00	0,00
Devolução Transferencia Custeio	0,00	0,00
Recebimento Indevido Contas Federais	0,00	0,00
Valores de Rendimentos Devolvidos - Empreendimentos	1.762,37	0,00
Pagamentos Realizados		
Aquisições de Bens e Serviços Contas Federais	-178.996,28	-433.776,80
Aquisições de Bens e Serviços Contas Estaduais	-615.755,03	-641.591,48
Aquisições de Bens e Serviços Contas Comite	-141.779,50	-335.779,41
Aquisições de Bens e Serviços Ecocuencas	0,00	0,00
Aquisições de Bens e Serviços EDDigital	-12.000,00	-63.000,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Federais	-839.975,71	-866.248,49
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Estaduais	-1.035.833,62	-1.064.966,06
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Comite	-109.584,16	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ecocuencas	0,00	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo EDDigital	0,00	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Federais	-12.100,96	-14.310,10
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Estaduais	-21.758,89	-124.629,53
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Comite	-2.346,11	-7.230,09
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ecocuencas	0,00	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas EDDigital	-17,50	17,50
Repasses para Empreendimentos Ctas Federais	-3.720.363,93	-13.637.232,70
Repasses para Empreendimentos Ctas Estaduais	0,00	0,00
Ações de Apoio	0,00	0,00
P.A.P 2013-2016	-367.800,52	-1.479.558,10
P.A.P 2017-2020	-15.407.368,26	-16.283.137,68
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-11.473.468,48	-21.398.250,99
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Federais	1.530.992,35	2.490.733,76
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Estaduais	105.956,56	258.631,22
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Comite	10.135,02	35.752,10
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Outros Recursos	0,00	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Ecocuencas	0,00	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados EDDigital	3.554,93	7.433,73
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas Federais	-75.676,00	-29.810,76
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas Estaduais	0,00	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas EDDigital	-11.580,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	1.563.382,86	2.762.740,05
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
Outros recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
Pagamentos de Arrendamentos Mercantil	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	-9.910.085,62	-18.635.510,94
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	40.155.377,19	58.790.888,13
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	30.245.291,57	40.155.377,19

FUNDAÇÃO AGÊNCIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAI
CNPJ: 11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL

	2020	2019
Saldo Inicial	1.000,00	1.000,00
Saldo Final	1.000,00	1.000,00
(=) Patrimonio Liquido - Estadual	1.000,00	1.000,00
Superavit Inicio	0,00	0,00
Superavit do Exercicio - Estadual	204.220,09	613.040,65
Bens (Transferidos do Consórcio) - Federal	29.384,86	32.286,11
(=) Superavit Acumulado	233.604,95	645.326,76
Fundo Patrimonial - Estadual	5.398.969,80	4.783.027,90
(=) Patrimonio Social Total	5.633.574,75	5.429.354,66

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em R\$)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2020	2019
Receita	22.466.259,21	35.770.364,27
Receitas das atividades (Federal)	20.212.358,33	33.064.115,21
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	47.444,43	96.707,52
Receitas das atividades (Estadual)	1.944.492,89	2.237.137,71
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	261.963,56	372.403,83
Receitas das atividades (EcoCuencas)	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00
Recursos públicos contabilizados como Receitas	0,00	0,00
Insumos adquiridos de terceiros	-19.918.261,57	-32.995.984,00
(-) Serviços de terceiros (Federal)	-54.616,98	-128.350,52
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	-127.095,20	-120.150,56
(-) Materiais, energia e outros (Federal)	-923,57	-8.039,68
(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	-28.884,68	-55.820,72
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	-19.212.526,72	-31.975.766,26
(-) Outros custos e despesas operacionais EDDigital (Federal)	-12.000,00	-63.000,00
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	-223.665,61	-279.682,52
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secret. Exec. Comitês)	-258.548,81	-365.173,74
(-) Outros custos e despesas operacionais (EcoCuencas)	0,00	0,00
Valor Adicionado Bruto	2.547.997,64	2.774.380,27
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	-59.482,94	-46.021,74
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	-35.444,43	-33.707,52
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	2.453.070,27	2.694.651,01
Receitas Financeiras (Estadual)	105.956,56	258.631,22
Doações recebidas	0,00	0,00
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Total do Valor Adicionado	2.559.026,83	2.953.282,23
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	807.184,29	793.250,41
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	869.757,54	775.246,87
Participação dos empregados	0,00	0,00
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	12.100,96	14.325,40
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	406.756,79	441.441,44
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	2.346,11	6.440,50
Impostos, Taxas e contribuições (EcoCuencas)	0,00	0,00
Capital de terceiros		
Despesas financeiras (Estadual)	38.548,25	62.960,92
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	1.068,64	789,59
Despesas financeiras (EcoCuencas)	0,00	0,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	65.522,87	98.361,20
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	151.479,22	144.524,00
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	204.262,16	615.941,90
Total do Valor Destinado	2.559.026,83	2.953.282,23

NOTAS EXPLICATIVAS

I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A Agência das Bacias PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei Federal nº 11.638/2007, na Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.973/2014 que alteram artigos da Lei Federal nº 6.404/76, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, transmitido via arquivo digital pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, através do programa validador da Escrituração Contábil Digital (ECD) e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Portanto, a Agência das Bacias PCJ realizou a aplicação no Fundo Sigma da Caixa Econômica Federal, o qual atende os requisitos exigidos. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias, devem permanecer aplicados em caderneta de poupança.

Nota 9) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$411.231,72 (quatrocentos e onze mil e duzentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos) refere-se aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias PCJ, em 2020, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2021.

Nota 10) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$1.684.210,47 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dez reais e quarenta e sete centavos), refere-se aos recursos a receber da ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, nas bacias PCJ, em 2020, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2021.

Nota 11) O saldo da conta Recursos Ecocuenas a Receber, no valor de R\$189.647,71 (cento e oitenta e nove mil e seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos) refere-se aos recursos a receber do Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima), a ser repassado à Agência das Bacias PCJ, por meio do projeto EcoCuenas.

Nota 12) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Agência das Bacias PCJ, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS FORNECEDORES 2015			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 39/2015	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO – FESPSP	19/11/2020 a 18/11/2021	325.037,00
T.A. 25/2015	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	03/08/2020 a 02/01/2021	152.104,66
T.A. 29/2015	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	10/08/2020 a 09/01/2021	178.603,75
CONTRATOS FORNECEDORES 2016			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 08/2016	MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTÕES LTDA	05/02/2020 a 04/02/2021	107.190,50
T.A. 13/2016	ALGAR TELECOM S.A.	25/02/2020 a 24/02/2021	5.623,26
T.A. 22/2016	GRÁCIA APARECIDA CORREA INFORMATICA - ME	07/05/2020 a 06/05/2021	8.295,00
T.A. 26/2016	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	11/05/2020 a 10/05/2021	16.000,00
T.A. 32/2016	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERV. MEDICOS	01/06/2020 a 31/05/2021	1.322,40

01/10/2021

T.A. 36/2019	S.F.M. RODRIGUES EIRELI	02/10/2020a 01/10/2021	11.775,00
T.A. 37/2019	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP	03/10/2020 a 02/10/2021	304.800,00
T.A. 39/2019	EXON EVENTOS EIRELI EPP	05/05/2020 a 04/05/2021	55.000,00
T.A. 41/2019	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERV. MEDICOS	11/12/2020 a 10/12/2021	180.392,40
T.A. 42/2019	J. P. NADIN – ME	19/08/2020 a 18/08/2021	15.200,00
T.A. 44/2019	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	27/12/2020 a 26/12/2021	273.485,41
T.A. 45/2019	IMAGEM GEOSISTEMA E COMÉRCIO LTDA	27/12/2020 a 26/12/2021	447.506,24
CONTRATOS FORNECEDORES 2020			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 01/2020	STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA	06/01/2020 a 05/01/2021	25.266,68
CT 02/2020	MACIEL ASSESSORES LTDA	15/01/2020 a 14/01/2021	152.869,60
CT 13/2020	IRRIGART ENGENHARIA CONSULTORIA EM RECURSOS HIDRICOS	18/03/2020 a 17/09/2021	539.640,00
CT 14/2020	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - FUMEP	08/04/2020 a 07/04/2022	48.412,00
CT 23/2020	IKHON - GESTÃO, CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	18/09/2020 a 18/10/2020	24.435,00
CT 24/2020	BH PRESS COMUNICAÇÃO LTDA	13/10/2020 a 13/02/2021	47.125,00
CT 25/2020	MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	13/10/2020 a 13/10/2021	8.366,68
CT 27/2020	ACQUAVIVA PROMOCOEES E EVENTOS	06/11/2020 a 06/04/2021	1.800,00
CT 28/2020	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	16/11/2020 a 16/11/2021	55.000,00

Nota 13) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 14) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2020, provisionados até a data de 31/12/2019, na esfera federal, no montante de R\$721.353,08 (setecentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e três reais e oito centavos), que representaram compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, aluguéis a pagar, condomínios a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2019, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2020, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	20.470,10
FÉRIAS A PAGAR	3.071,43
TOTAL	261.763,34

Nota 15) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores, na esfera estadual, no montante de R\$274.285,24 (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), os quais representaram compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2019, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2020, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos sobre férias, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2019 com Pagamentos em 2020 - Estadual	Valores em Reais
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	255,19
DITCOM INTERNET LTDA	49,99
FSPRJ LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS	3.112,00
MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	4.729,36
REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	4.000,00
SALARIOS A PAGAR	10.518,00
INSS A PAGAR	34.856,09
FGTS A PAGAR	8.023,72
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.002,96
IRRF S/ RENDIMENTOS	24.547,08
ALUGUÉIS A PAGAR	5.917,75
CONDOMÍNIOS A PAGAR	4.636,53
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	1.252,47
FÉRIAS A PAGAR	118.105,36
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	53.278,74
TOTAL	274.285,24

Nota 15.1) Valores provisionados em 2020, na esfera estadual, no montante de R\$338.592,83 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, estágios a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2020, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ, no exercício Social de 2021, ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2020 com Pagamentos em 2021 - Estadual	Valores em Reais
BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	800,00
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	506,79

Outubro/20	1.808.775,01	109.242,32	143.851,30
Novembro/20	1.753.342,38	109.124,73	139.685,03
Dezembro/20	1.694.319,20	111.223,11	135.415,67
Total	9.413.680,51	1.530.992,35	820.850,45

Nota 17.1) A Agência das Bacias PCJ recebeu em 2020, a título de devolução de rendimentos financeiros, referentes aos repasses de empreendimentos contratados, o valor de R\$1.762,37 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), valor este que foi estornado à rubrica “Receita Diferida – Recursos Federais (ANA)”, com a finalidade de ser utilizado em novos projetos, empreendimentos ou no Programa de Aplicação Plurianual.

Nota 18) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$1.054.520,71 (um milhão e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e setenta e um centavos), sendo que nesse valor não foi considerado o valor da depreciação dos bens transferidos do Consórcio PCJ no montante de R\$42,07 (quarenta e dois reais e sete centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL	
Discriminação das Despesas	Valor – R\$
Despesas Trabalhistas	820.224,29
Despesas Gerais e Administrativas	162.712,52
Despesas Tributárias	12.100,96
Depreciação Bens Fundação	59.482,94
Depreciação Bens Transferidos do Consórcio	42,07
SUB –TOTAL (DSD)	1.054.562,78
(-) Depreciação Bens Transferidos do Consórcio PCJ	42,07
TOTAL	1.054.520,71

Nota 18.1) Cabe esclarecer que ocorreu frustração de receita em aproximadamente R\$11 milhões no exercício de 2020, pois a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), maior usuário das Bacias PCJ, não concordou com a metodologia de cálculo da cobrança realizada pela ANA, referente à transposição do Sistema Cantareira, e ingressou com ação judicial realizando pagamentos em juízo. Tais pagamentos ainda não foram liberados para a ANA e, conseqüentemente, não foram transferidos para a Agência das Bacias PCJ. Portanto, utilizou-se o saldo existente de exercícios anteriores para complementar o custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ em 2020.

Nota 18.2) Ressalta-se que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos, de acordo com a Resolução ANA nº 29, de junho de 2020, apenas os valores dos salários líquidos, férias líquidas e 13º salário líquido dos Diretores da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários admitidos através de concurso público da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários aprovados em processo seletivo e reconduzidos do Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ, pois os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

base na decisão exarada, a Agência das Bacias foi condenada em honorários de sucumbência no valor apurado de R\$14.494,58 (catorze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), devendo a Agência das Bacias PCJ arcar com 50% do valor e a Caixa Econômica com 50% restantes. A assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ recorreu a decisão, porém classifica como provável a perda do processo, portanto, justificando a criação da provisão ora mencionada.

Nota 19.4) Em 2020, foi constituída provisão, referente à atualização salarial, do período de maio de 2018 a abril de 2020. Tal provisão é baseada no fato de que, desde maio de 2018, não há atualização salarial dos funcionários da Agência das Bacias PCJ devido à discussão judicial dos processos de Dissídios Coletivos do SEAAC Americana e Região. Para a provisão foram utilizados os reajustes de Convenções Coletivas do SEAAC de outras regiões, sendo que aplicados os percentuais de reajuste de 1,70% e 5,07% nas data-base de 01/05/2018 e 01/05/2019, respectivamente. Diante dos fatos, como a Agência das Bacias PCJ possui autorização para adotar as Convenções Coletivas do SEAAC Americana e Região, a discussão quanto à autorização para aplicação dos referidos índices será realizada em conjunto com a CPS (Comissão de Política Salarial), instância responsável por analisar pleitos salariais dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado de São Paulo.

Nota 20) De acordo com o relatório dos processos judiciais em andamento apresentado pela assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ, existe o processo nº 1010843-85.2018.8.26.0451, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba, sendo requerente a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e requerida a Agência das Bacias PCJ. A autora questiona o critério de cobrança pelo uso da água captado no Sistema Cantareira, no período compreendido entre março de 2014 e novembro de 2016, lapso de tempo em que a Região Metropolitana de São Paulo foi atingida por uma grave crise hídrica, onde a ANA e o DAEE reduziram as vazões máximas médias mensais permitidas para captação, contudo, a base de cálculo pelo uso da água permaneceu respeitando a vazão outorgada estabelecida inicialmente. A partir disso, expõe fundamentos alegando ilegalidade no valor da cobrança pelo uso da água, requerendo assim a inexigibilidade do valor de R\$2.706.909,58 (dois milhões, setecentos e seis mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos) depositado judicialmente. A Assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ recorreu, no entanto, ainda não houve julgamento em primeira instância. De tal modo, em seu relatório, assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ classificou a ação como possível perda, fato que não originou provisão de valores e, sim, apenas a contextualização nas notas explicativas.

Nota 21) A conta provisão para contingências (estadual) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - ESTADUAL	
PROVISÕES	VALOR - em R\$
Verbas Rescisórias	123.563,80
Atualização Salarial - Convenções Coletivas	116.558,61
TOTAL	240.122,41

Nota 21.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em no exercício de 2018, referente a contingência trabalhistas, visando pagamento de verbas indenizatórias que

recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ, repassados pela Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro.

Nota 24) Em 2012, os Comitês PCJ, através da Deliberação nº 163/12 aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2013 a 2016, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. As ações foram contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano, sendo que há contratos em execução e, portanto, desembolsos a serem realizados.

Nota 25) Em 2017, os Comitês PCJ, através da Deliberação nº 258/16, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2017 a 2020, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. As ações são contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 26) O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil).

Nota 26.1) No exercício de 2020, não ocorreram repasses à Agência das Bacias PCJ pela Comissão Europeia, e não houve desembolso referente a esse projeto.

Nota 26.2) No encerramento do exercício de 2020 o saldo a ser realizado pelo Projeto EcoCuencas, apresentava o montante de R\$342.116,95 (trezentos e quarenta e dois mil, cento e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), reconhecido em conta do passivo “Projeto EcoCuencas”, saldo esse que apresentou variação cambial no fechamento das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, de R\$56.834,78 (cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos).

Nota 27) Os empreendimentos contratados, reconhecidos no passivo circulante, terão seu desembolso durante o ano de 2021, de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro dos contratos celebrados entre o tomador do recurso e a Caixa Econômica Federal. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS A REPASSAR – Em R\$	
CONTRATO	2022

Receitas Estaduais	Valor – R\$
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	1.944.492,89
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	105.956,56
Receitas Transferência Estadual (Secretaria Executiva Comitês)	261.963,56
Total das Receitas Estadual	2.312.413,01

Nota 31.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 31.3) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 31.4) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%), conforme Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água nas Bacias PCJ.

Nota 31.5) Os recursos de origem do Projeto EcoCuencas são aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Agência das Bacias PCJ deve respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

Nota 31.6) Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da Agência Nacional de Águas, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamentos de informática.

Nota 31.7) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, e do Projeto EcoCuencas, bem como, os recursos Projeto Papel Zero – EDDigital, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura.

Nota 31.8) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção

Nota 35) O superávit do exercício de 2020, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$204.220,09 (duzentos e quatro mil e duzentos e vinte reais e nove centavos) e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- a) Dedução de R\$42,07 (quarenta e dois reais e sete centavos), referente à despesa de depreciação, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);
- b) Superávit de R\$204.262,16 (duzentos e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) – Patrimônio Líquido	(42,07)
Fundo Patrimonial	204.262,16
Superávit exercício 2020	204.220,09

Nota 36) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 36.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 36.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2020, bem como os pagamentos efetuados.

Movimentação Financeira – Federal 2020 – em R\$	
Saldo Inicial em 01/01/2020	33.922.127,19
(+) Recursos Recebidos – 2020	9.128.280,46
(+) Rendimentos Financeiros – 2020	1.530.992,35
(+) Valores Rendimentos Devolvidos Empreendimentos – 2020	1.762,37
(=) Sub Total	44.583.162,37
(-) Desembolsos Custeio Federal – 2020	1.031.072,95
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos – 2020	3.720.363,93
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2013-2016) – 2020	367.800,52
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2017-2020) – 2020	15.407.368,26
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo – 2020	75.676,00
Saldo Final em 31/12/2020	23.980.880,71

Movimentação Financeira – Estadual 2020 – em R\$	
Saldo Inicial em 01/01/2020	6.046.625,84
(+) Recursos Recebidos Custeio – 2020	1.851.608,06
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês 2020	10.561,10
(+) Rendimentos Financeiros Custeio – 2020	105.956,56
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva 2020	10.135,02
(=) Sub Total	8.024.886,58
(-) Desembolsos Custeio Estadual – 2020	1.673.347,54
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês – 2020	253.709,77

RELATÓRIO CONTÁBIL 2020

Fundação Agência das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá

